

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO  
CARGO DE AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CLASSE I**

Domingo, 25 de abril de 2004

# ***PROVA OBJETIVA***

**Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.**

**Leia atentamente as instruções abaixo.**

1. Este caderno de provas é composto de **80 questões**. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
2. Leia cuidadosamente cada questão da prova, antes de respondê-la.
3. Preencha, no cartão-resposta, com caneta esferográfica **preta**, o alvéolo correspondente à alternativa escolhida para cada questão.
4. Sua resposta não será considerada se:
  - houver marcação de duas ou mais alternativas;
  - o alvéolo correspondente à sua resposta não estiver completamente preenchido;
  - forem ultrapassados os limites do alvéolo a ser preenchido.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deverá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros(as) candidatos(as).

OBSERVAÇÕES: - Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.  
- Se desejar, poderá utilizar a folha intermediária de respostas, no final deste caderno, para registrar as alternativas escolhidas.



Leia o texto a seguir. As questões de 1 a 4 referem-se a ele.

*Liberdade contra o Estado*

*Inventou-se o Estado para ser o guardião da liberdade. Mas de que liberdade, exatamente?*

*O conceito de liberdade é tão vago e subjetivo quanto o de felicidade ou propriedade, o que torna essa discussão interminável. Da liberdade de quem estão falando a modernidade, o Estado e o Direito?*

*Os animais que viviam livres nos pastos, nas matas ou nos prados, e as plantas que disputavam o lugar ao sol ou à sombra com a liberdade que suas raízes lhes proporcionam, viram com horror a chegada do machado de ferro, do arado e dos sucedâneos químicos que transformaram a agricultura em espaço territorial proibido às plantas e animais livres. Assim, esta liberdade é humana, em detrimento da liberdade de todos os outros seres. A natureza, para a modernidade, deixou de ser livre.*

*A construção do Estado moderno – ou sua constituição, como dizem os juristas – assentou suas bases em razão antropocêntrica, monista e normativa. Transformou a liberdade em direito individual, subjetivo, passível de ser exercida até o limite da liberdade do outro humano. Para cumprir essa liberdade, definir seus contornos individuais, foi necessário estabelecer regras, incluindo regras para fazer regras, de tal sorte que se criou um sistema fechado, que cria direitos individuais e que limita a liberdade ao exercício desses direitos.*

*Ocorre que no Estado moderno, a principal regra constituída passou a ser a que garante a propriedade individual. Com isto, a liberdade transformou-se em livre disposição e aquisição da propriedade. A liberdade é o fundamento do contrato, seja o social, construtor do Estado, seja o individual, construtor da propriedade privada.*

*Para essa dupla garantia, o Estado torna-se, politicamente, agente repressor. Com suas leis garante a liberdade legal, também chamada segurança jurídica, e relega toda a liberdade – das plantas, dos animais e da maioria dos seres humanos – a uma condição não jurídica, portanto não protegida pelo Estado e suas leis. A liberdade volta a ser então poesia que revela o sonho de cada homem, utopia da sociedade, vida em sua múltipla diversidade.*

MARÊS, Carlos Frederico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 2000. [Adaptado].

**Questão 1**

Assinale a alternativa que traduz a tese em função da qual o autor desenvolve seus argumentos:

- a) A constituição jurídica do Estado, que tem como regra básica a garantia do direito à propriedade individual, limita a liberdade apenas ao exercício desse direito, relegando a uma condição não jurídica a liberdade dos outros seres vivos: plantas, animais e a maioria dos seres humanos
- b) do ponto de vista da modernidade, do Estado e do Direito, a liberdade não se configura como um direito amplo e legal, uma vez que seu limite é a liberdade do outro no que diz respeito à propriedade privada.
- c) O desejo de liberdade, inerente a todos os seres vivos, torna-se uma utopia quando o poder jurídico do Estado circunscreve a garantia de sua proteção apenas à liberdade legal, que assegura o direito à propriedade individual.
- d) A existência jurídica do Estado moderno visa assegurar a liberdade de todos os seres humanos que respeitem o princípio da propriedade individual, por isso deixa fora de sua proteção jurídica todos os demais seres vivos.
- e) O Estado moderno foi construído juridicamente com a finalidade de ser o guardião da liberdade de todos os indivíduos; com isso, suas leis, assentadas numa razão antropocêntrica que cria direitos individuais e limita a liberdade ao exercício desses direitos, circunscrevem a jurisdição dessa liberdade apenas a alguns seres humanos, deixando fora de sua legislação os outros seres vivos.

## Questão 2

O autor utiliza, para defender seu ponto de vista, um processo de estruturação textual assentado sobretudo numa relação lógica de

- a) causa e consequência.
- b) oposição.
- c) similaridade.
- d) tempo e espaço.
- e) simultaneidade.

## Questão 3

Considere as seguintes proposições:

- I. No texto, o terceiro parágrafo e parte do último destacam-se dos demais pelo tom poético, o qual reforça a idéia de utopia, de distanciamento entre a liberdade real e legal, produzida pelo Estado moderno, e a que é sonhada por alguns, para todos os seres vivos.
- II. No trecho “Os animais que viviam livres nos pastos, nas matas ou nos prados, e as plantas que disputavam o lugar ao sol ou à sombra com a liberdade que suas raízes lhe proporcionam, viram com horror a chegada do machado”, o processo de personificação dos animais e das plantas sugere um efeito persuasivo, ressaltando o sofrimento da natureza ao antever a perda da liberdade e até a própria morte.
- III. No trecho “viram com horror a chegada do *machado de ferro*, do *arado* e dos *sucedâneos químicos* que transformaram a agricultura em espaço territorial proibido às plantas e animais livres”, as expressões em destaque constituem exemplos de metáfora.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

## Questão 4

Assinale a alternativa em que os termos destacados de cada período exercem funções morfossintáticas diferentes:

- a) O conceito de liberdade é tão vago e subjetivo quanto o de felicidade.
- b) Estabeleceu-se um sistema fechado, que cria direitos individuais e que limita a liberdade ao exercício desses direitos,
- c) A principal regra constituída passou a ser a que garante a propriedade individual.
- d) A liberdade é o fundamento do contrato, seja o social, seja o individual.
- e) O Estado relega toda a liberdade a uma condição não jurídica

*Espaço para rascunho*

### Questão 5

As frases de propaganda que seguem foram publicadas na *Gazeta Mercantil*, de 27 de janeiro de 2004, como ilustração da resenha do livro *Duailibi das Citações*, do publicitário Roberto Duailibi.

Analise as seguintes proposições:

- I. “Deve. Haver. Uma. Maneira. Mais. Rápida. De. Chegar. Ao. Trabalho” (AM Express Bus, companhia de ônibus dos EUA). O excesso proposital no uso do ponto quebra o ritmo natural da frase e reforça o sentido da mensagem: ressaltar o contraste entre a lentidão dos transportes usuais e a rapidez dos transportes da AM Express Bus.
- II. “Não beba só uma. Bebevárias”. (Bavária, cerveja). O humor da frase deve-se ao jogo entre os termos *uma* e *várias* e ao duplo sentido produzido pela justaposição de palavras, sugerindo o consumo da marca evidenciada no trocadilho “Beba várias”.
- III. “A crítica adorou. Mas pode assistir que é bom.” (Semp Toshiba). A conjunção *mas* configura duas posições antagônicas em relação a determinado evento: uma da crítica, outra da Semp Toshiba. O efeito desse antagonismo é orientar o leitor no sentido de confiar nos produtos que apresentam a marca Semp Toshiba.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição III é verdadeira.
- c) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

As questões 6 e 7 referem-se ao texto que segue.

*Gato do Mato e Leão, conforme o combinado,  
Juntos caçavam corças pelo mato.  
As corças escaparam ... Resultado:  
Não escapou o gato.*

QUINTANA, Mário. *Prosa e verso*. Rio de Janeiro: Globo: 1980. p. 41.

### Questão 6

Assinale a alternativa que expressa, de forma mais coerente, uma moral para a pequena fábula de Mário Quintana:

- a) A esperteza é mais importante que a força.
- b) É importante confiar, desconfiando.
- c) Quem não tem cão caça com gato.
- d) Em aliança entre forças desiguais prejudica-se o mais fraco.
- e) A necessidade coloca em segundo plano a amizade.

*Espaço para rascunho*

**Questão 7**

A partir de uma leitura atenta do texto de Mário Quintana, considere as seguintes proposições:

- I. O uso das vírgulas no 1º verso é obrigatório, do ponto de vista sintático.
- II. As reticências presentes no 3º verso sugerem que há algo que o autor pretende dizer, mas não diz para manter o suspense, que é a tônica do texto. Já os dois pontos auxiliam no propósito de síntese textual expresso pelo autor.
- III. Há, no texto, o uso da inversão sintática que contribui com o efeito expressivo e sonoro do texto.
- IV. A palavra “conforme”, no texto, pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “segundo”, “consoante” ou “como”.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- e) Apenas as proposições I, III e IV são verdadeiras.

---

*Espaço para rascunho*

---

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

Se necessário, utilize a tabela abaixo para a resolução das questões.

Tabela de Juros Compostos

	i = 1.5%		i = 2%		i = 2.5%		i = 3%		i = 3.5%		i = 4%	
n	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>	(1+i) <sup>n</sup>	a <sub>n i</sub>
1	1.01	0.98	1.02	0.98	1.02	0.97	1.03	0.97	1.03	0.96	1.04	0.96
2	1.03	1.95	1.04	1.94	1.05	1.92	1.06	1.91	1.07	1.89	1.08	1.88
3	1.04	2.91	1.06	2.88	1.07	2.85	1.09	2.82	1.10	2.80	1.12	2.77
4	1.06	3.85	1.08	3.80	1.10	3.76	1.12	3.71	1.14	3.67	1.16	3.62
5	1.07	4.78	1.10	4.71	1.13	4.64	1.15	4.57	1.18	4.51	1.21	4.45
6	1.09	5.69	1.12	5.60	1.15	5.50	1.19	5.41	1.22	5.32	1.26	5.24
7	1.10	6.59	1.14	6.47	1.18	6.34	1.22	6.23	1.27	6.11	1.31	6.00
8	1.12	7.48	1.17	7.32	1.21	7.17	1.26	7.01	1.31	6.87	1.36	6.73
9	1.14	8.36	1.19	8.16	1.24	7.97	1.30	7.78	1.36	7.60	1.42	7.43
10	1.16	9.22	1.21	8.98	1.28	8.75	1.34	8.53	1.41	8.31	1.48	8.11
11	1.17	10.07	1.24	9.78	1.31	9.51	1.38	9.25	1.45	9.00	1.53	8.76
12	1.19	10.90	1.26	10.57	1.34	10.25	1.42	9.95	1.51	9.66	1.60	9.38
13	1.21	11.73	1.29	11.34	1.37	10.98	1.46	10.63	1.56	10.30	1.66	9.98
14	1.23	12.54	1.31	12.10	1.41	11.69	1.51	11.29	1.61	10.92	1.73	10.56
15	1.25	13.34	1.34	12.84	1.44	12.38	1.55	11.93	1.67	11.51	1.80	11.11
16	1.26	14.13	1.37	13.57	1.48	13.05	1.60	12.56	1.73	12.09	1.87	11.65
17	1.28	14.90	1.40	14.29	1.52	13.71	1.65	13.16	1.79	12.65	1.94	12.16
18	1.30	15.67	1.42	14.99	1.55	14.35	1.70	13.75	1.85	13.18	2.02	12.65
19	1.32	16.42	1.45	15.67	1.59	14.97	1.75	14.32	1.92	13.70	2.10	13.13
20	1.34	17.16	1.48	16.35	1.63	15.58	1.80	14.87	1.98	14.21	2.19	13.59
21	1.36	17.90	1.51	17.01	1.67	16.18	1.86	15.41	2.05	14.69	2.27	14.02
22	1.38	18.62	1.54	17.65	1.72	16.76	1.91	15.93	2.13	15.16	2.36	14.45
23	1.40	19.33	1.57	18.29	1.76	17.33	1.97	16.44	2.20	15.62	2.46	14.85
24	1.42	20.03	1.60	18.91	1.80	17.88	2.03	16.93	2.28	16.05	2.56	15.24
25	1.45	20.71	1.64	19.52	1.85	18.42	2.09	17.41	2.36	16.48	2.66	15.62
26	1.47	21.39	1.67	20.12	1.90	18.95	2.15	17.87	2.44	16.89	2.77	15.98
27	1.49	22.06	1.70	20.70	1.94	19.46	2.22	18.32	2.53	17.28	2.88	16.32
28	1.51	22.72	1.74	21.28	1.99	19.96	2.28	18.76	2.62	17.66	2.99	16.66
29	1.53	23.37	1.77	21.84	2.04	20.45	2.35	19.18	2.71	18.03	3.11	16.98
30	1.56	24.01	1.81	22.39	2.09	20.93	2.42	19.60	2.80	18.39	3.24	17.29
31	1.58	24.64	1.84	22.93	2.14	21.39	2.50	20.00	2.90	18.73	3.37	17.58
32	1.61	25.26	1.88	23.46	2.20	21.84	2.57	20.38	3.00	19.06	3.50	17.87
33	1.63	25.87	1.92	23.98	2.25	22.29	2.65	20.76	3.11	19.39	3.64	18.14
34	1.65	26.48	1.96	24.49	2.31	22.72	2.73	21.13	3.22	19.70	3.79	18.41
35	1.68	27.07	1.99	24.99	2.37	23.14	2.81	21.48	3.33	20.00	3.94	18.66
36	1.70	27.66	2.03	25.48	2.43	23.55	2.89	21.83	3.45	20.29	4.10	18.90
37	1.73	28.23	2.08	25.96	2.49	23.95	2.98	22.16	3.57	20.57	4.26	19.14
38	1.76	28.80	2.12	26.44	2.55	24.34	3.07	22.49	3.69	20.84	4.43	19.36
39	1.78	29.36	2.16	26.90	2.61	24.73	3.16	22.80	3.82	21.10	4.61	19.58
40	1.81	29.91	2.20	27.35	2.68	25.10	3.26	23.11	3.95	21.35	4.80	19.79
41	1.81	30.45	2.25	27.79	2.75	25.46	3.35	23.41	4.09	21.59	4.99	19.99
42	1.86	30.99	2.29	28.23	2.82	25.82	3.46	23.70	4.24	21.83	5.19	20.18
43	1.89	31.52	2.34	28.66	2.89	26.16	3.56	23.98	4.38	22.06	5.40	20.37
44	1.92	32.04	2.39	29.07	2.96	26.50	3.67	24.25	4.54	22.28	5.61	20.54
45	1.95	32.55	2.43	29.49	3.03	26.83	3.78	24.51	4.70	22.49	5.84	20.72
46	1.98	33.05	2.48	29.89	3.11	27.15	3.89	24.77	4.86	22.70	6.07	20.88
47	2.01	33.55	2.53	30.28	3.19	27.46	4.01	25.02	5.03	22.89	6.31	21.04
48	2.04	34.04	2.58	30.67	3.27	27.77	4.13	25.26	5.21	23.09	6.57	21.19
49	2.07	34.52	2.63	31.05	3.35	28.07	4.25	25.50	5.39	23.27	6.83	21.34
50	2.10	34.99	2.69	31.42	3.43	28.36	4.38	25.72	5.58	23.45	7.10	21.48

$$a_{n|i} = \frac{(1+i)^n - 1}{(1+i)^n \cdot i}$$

## Questão 8

Um equipamento de R\$ 5.000,00 foi financiado pelo Banco ABC em 18 prestações mensais pelo sistema *price* de amortização, a uma taxa de juros de 3% a.m.

A amortização correspondente à 13ª prestação é de, aproximadamente,

- a) R\$ 204,00.
- b) R\$ 213,00.
- c) R\$ 304,00.
- d) R\$ 313,00.
- e) R\$ 363,00.

**Questão 9**

Considere uma dívida de R\$ 100.000,00, a ser resgatada em 25 prestações, com 4% de juros no período.

Nessas condições, o valor da prestação no sistema *price* passará a ser superior à do SAC, imediatamente após a

- a) 6ª prestação.
- b) 8ª prestação.
- c) 10ª prestação.
- d) 12ª prestação.
- e) 15ª prestação.

**Questão 10**

Com uma inflação anual de 12%, admitindo-se que o salário foi corrigido em 8%, a variação real do poder de compra de um assalariado é de

- a) - 3,57%.
- b) + 3,57%.
- c) - 3,70%.
- d) + 3,70%.
- e) - 4,00%.

**Questão 11**

Um produtor de soja detém em seu armazém 50.000 sacas do produto. Na expectativa de alta de preço, recusa uma oferta de R\$ 10,00 por saca. Seis meses mais tarde, vende o estoque a R\$ 11,50 a saca.

Se a taxa de juros compostos do mercado for de 24% ao ano, capitalizados mensalmente, o produtor terá tido, aproximadamente,

- a) o seguinte resultado: nem lucro nem prejuízo.
- b) lucro de R\$ 15.000,00.
- c) prejuízo de R\$ 15.000,00.
- d) lucro de R\$ 25.000,00.
- e) prejuízo de R\$ 25.000,00.

**Questão 12**

O preço à vista de um veículo de passeio é de R\$ 25.000,00. Ele pode ser vendido a prazo, em 24 prestações mensais e consecutivas de R\$ 1.055,50, com 20% de entrada.

A taxa mensal de juros que está sendo cobrada é de, aproximadamente,

- a) 1,5%.
- b) 2,0%.
- c) 2,5%.
- d) 3,0%.
- e) 3,5%.

*Espaço para rascunho*

---



**Questão 13**

Uma empresa deve a seu fornecedor três duplicatas no valor de R\$ 10.000,00 cada, vencíveis a 30, 60 e 90 dias, respectivamente. Em face das dificuldades financeiras, propõe a seu fornecedor a substituição das duplicatas acima por seis outras, vencíveis a 120, 150, 180, 210, 240 e 270 dias, respectivamente.

Determine o valor aproximado das duplicatas propostas, se a taxa de juros compostos de renegociação for de 3% a.m.:

- a) R\$ 5.212,00
- b) R\$ 5.312,00
- c) R\$ 5.381,00
- d) R\$ 5.480,00
- e) R\$ 5.681,00

**Questão 14**

Uma dívida de R\$ 5.118,00 foi contraída para ser paga em dez prestações mensais, iguais e consecutivas, a uma taxa de juros compostos de 3% a.m. Após o pagamento da primeira prestação, o saldo devedor foi renegociado em 12 prestações mensais iguais e consecutivas.

Calcule o valor aproximado do saldo devedor após o pagamento da primeira parcela da renegociação:

- a) R\$ 4.123,00
- b) R\$ 4.352,00
- c) R\$ 4.518,00
- d) R\$ 4.671,00
- e) R\$ 4.964,00

---

*Espaço para rascunho*

**Questão 15**

Ao adquirir um programa de computador (de um fabricante de software como a Microsoft, por exemplo), o usuário passa a ter o direito de utilizá-lo, sendo a ele permitido instalar o programa

- a) em tantas máquinas quantas forem as licenças adquiridas.
- b) em quantas máquinas desejar, independentemente de licenças adicionais.
- c) em quantas máquinas desejar, independentemente de licenças adicionais, desde que tais instalações sejam efetuadas em máquinas de sua propriedade.
- d) em quantas máquinas desejar, bem como comercializar cópias do software adquirido.
- e) em quantas máquinas desejar, independentemente de licenças adicionais, inclusive em máquinas que não sejam de sua propriedade.

**Questão 16**

O Microsoft Excel, desde suas primeiras versões, tem-se apresentado como um programa quase indispensável aos usuários de informática, inclusive no processo de gestão e tomada de decisão. As potencialidades do Excel 2000 podem ser evidenciadas quando observam-se, entre outras, a disponibilidade de análises estatísticas, a geração de gráficos de diferentes tipos, bem como o uso de funções que facilitam a manipulação de dados em planilhas eletrônicas.

Considere a planilha abaixo, feita no Excel:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Marcos Pacheco	55							
2	Henrique Dantas	10							
3	Weber Antunes	60							
4	Arão Nunes	32							
5									
6									

Com base nos dados da planilha acima, marque a alternativa que apresenta o resultado obtido mediante a aplicação da fórmula `=SOMASE(B1:B4;">=50")` na célula B5:

- a) 115
- b) 70
- c) 65
- d) 60
- e) 42

**Questão 17**

O armazenamento temporário em disco rígido, muito utilizado nos sistemas operacionais Microsoft Windows 9X, XP e 2000, quando um computador executa programas que precisem de mais memória RAM do que ele possua, é denominado

- a) winchester.
- b) memória ROM.
- c) memória virtual.
- d) discos ZIP.
- e) BIOS.

**Questão 18**

Em computadores digitais, as informações são armazenadas em forma de *bits*. Por exemplo, a representação de uma letra ou caractere pode ser feita pela combinação de oito *bits*, que recebem o nome de *byte*. Quanto maior a quantidade de dados, maior a quantidade de espaço necessário para o seu armazenamento. Portanto, conhecer medidas que indiquem a capacidade de armazenamento pode ser fundamental na hora de decidir o meio de armazenamento a ser utilizado e a taxa de transferência necessária para uma linha de comunicação, entre outros itens.

A respeito das unidades de medida de capacidade de armazenamento, marque a alternativa CORRETA:

- a) 1 *megabyte* equivale a 1.024 *kbytes*.
- b) 1 *gigabyte* equivale a 2.048 *megabytes*.
- c) 2.048 *bytes* equivalem a 1 *terabyte*.
- d) 2.048 *terabytes* equivalem a 2 *kbytes*.
- e) 1.024 *terabyte* equivale a 1 *gigabytes*.

**Questão 19**

Considere as proposições a seguir:

- I. O sistema operacional Windows XP Professional permite a interligação de computadores, de modo a facilitar a criação de uma pequena rede doméstica (LAN).
- II. O Windows, em suas versões 95, 98 e 98SE, não oferecia suporte para a criação de redes domésticas (pequenas LANs), o que tornava obrigatória a aquisição de sistemas adicionais, quando isso era desejado.
- III. Para corrigir falhas do Windows 9x, XP e suas versões mais recentes, estão disponíveis atualizações no *site* da fabricante Microsoft. Tais atualizações são conhecidas por *updates*.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- e) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.

**Questão 20**

A função do equipamento denominado *no-break* é

- a) permitir a criação de cópias de segurança (*backup*).
- b) permitir a troca de informação entre computadores distintos.
- c) permitir o armazenamento temporário de páginas Web.
- d) garantir o suprimento de energia de emergência, quando houver queda de força na rede elétrica.
- e) permitir o acesso à Internet através de uma linha telefônica. Também é comumente denominado MODEM.

**Questão 21**

Para interligar computadores, faz-se necessário o uso de equipamentos específicos da área de redes, tais como concentradores, cabos de rede, fibra ótica e até mesmo recursos para redes sem fio.

Considerando a afirmação acima, indique, entre os equipamentos listados abaixo, os que NÃO são utilizados com a finalidade específica de comunicação entre computadores:

- a) Hubs e switches.
- b) Fitas DAT.
- c) Roteadores.
- d) Cabo coaxial e cabo de par trançado.
- e) Adaptadores de redes.

**Questão 22**

A Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, instituiu o Código Tributário Nacional. Conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, o Código Tributário Nacional, na parte em que dispõe sobre normas gerais, embora editado como lei ordinária, cumpre função de lei complementar.

Esse entendimento retrata o fenômeno da

- a) desconstitucionalização.
- b) mutação constitucional.
- c) recepção constitucional.
- d) repristinação constitucional.
- e) declaração de inconstitucionalidade superveniente.

**Questão 23**

O artigo 150, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988, dispõe sobre o princípio da anterioridade da lei tributária.

Em relação à interpretação constitucional desse dispositivo, conferida pelo Supremo Tribunal Federal, julgue as proposições abaixo:

- I. O princípio da anterioridade, como uma das maiores garantias tributárias do cidadão em face do Estado/Fisco, é considerado cláusula pétrea, nos termos do artigo 60, § 4º, IV, da Constituição Federal, e não poderá ser objeto de emenda à Constituição.
- II. O princípio da anterioridade, por não constar do rol dos direitos e garantias fundamentais do artigo 5º da Constituição Federal, não pode ser considerado um direito ou garantia individual.
- III. O princípio da anterioridade pode servir de parâmetro de controle e declaração de inconstitucionalidade de lei em tese que criou ou aumentou tributo no mesmo exercício financeiro.
- IV. O princípio da anterioridade é norma constitucional de eficácia limitada e, por isso, depende de regulamentação infraconstitucional para surtir os devidos efeitos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente as proposições II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições I e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 24**

No que se refere à jurisdição constitucional das liberdades, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O mandado de segurança coletivo não admite dilação probatória e pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) A ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade, sendo a declaração de inconstitucionalidade dotada, nesse caso, de eficácia contra todos.
- c) A ação popular não se presta para anular ato lesivo ao patrimônio público de entidade de que o Estado participe.
- d) O mandado de injunção autoriza o juiz a expedir a norma que editaria, se legislador fosse, para suprir a lacuna deixada pelos órgãos legislativos e administrativos.
- e) O *habeas data* pode ser impetrado para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

**Questão 25**

De acordo com o ordenamento constitucional brasileiro, é princípio da ordem econômica

- a) a concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedade de economia mista, não extensivos às empresas do setor privado.
- b) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- c) o tratamento favorecido às empresas públicas de pequeno porte, mediante estímulos fiscais e creditícios.
- d) o planejamento estatal, determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.
- e) o reconhecimento dos valores sociais da propriedade coletiva mediante a apropriação coletiva dos recursos naturais.

**Questão 26**

São, entre outras indicadas na Constituição Federal, atribuições do Senado Federal:

- a) Julgar anualmente as contas prestadas pelos Governadores dos Estados e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- b) Escolher todos os membros do Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Contas da União e dirimir os conflitos federativos.
- c) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- e) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

**Questão 27**

Quanto ao controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, considere as proposições a seguir:

- I. O Procurador-Geral da República deverá ser previamente citado para defender o ato ou texto impugnado em sede de ação declaratória de constitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- II. O controle concentrado de constitucionalidade das leis e dos atos normativos federais é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, que é o guardião da Constituição Federal.
- III. A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade referem-se a leis e atos normativos federais e estaduais, e as decisões definitivas nelas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal são de efeito vinculante para os órgãos judiciários inferiores, aplicando-se a todos os processos judiciais em trâmite ou já julgados.
- IV. As confederações sindicais e entidades de classe podem propor ação direta contra qualquer lei ou ato normativo, ainda que estes não guardem qualquer relação de pertinência com os objetivos da entidade associativa ou sindical.
- V. A liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade por omissão produz, em geral, eficácia *erga omnes* e efeitos *ex nunc*.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e V são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, III, IV e V são verdadeiras.
- c) Somente as proposições II e V são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 28**

A lei de diretrizes orçamentárias indicada na Constituição Federal de 1988

- a) disporá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) é de competência do Poder Executivo e compreende o orçamento da seguridade social.
- c) abrangerá o plano plurianual e o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos ou entidades da administração direta e indireta.
- d) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
- e) compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

*Espaço para rascunho*

---

**Questão 29**

A respeito da competência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, julgue os itens abaixo, marcando V (verdadeiro) ou F (falso).

- ( ) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes do estado e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.
- ( ) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público estadual, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, incluídas nessa apreciação as nomeações para cargos de provimento em comissão e as melhorias posteriores das aposentadorias, reformas e concessões de pensões, ainda que não alterem o fundamento legal do ato concessório, bem como os contratos e convênios.
- ( ) Emitir, no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da solicitação, pronunciamento sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela Assembléia Legislativa ou por suas Comissões.
- ( ) Decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, na forma estabelecida no seu regimento interno.
- ( ) Representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades.

Marque a alternativa com a sequência CORRETA:

- a) F – V – F – V – F
- b) V – F – V – F – V
- c) V – V – F – F – V
- d) F – F – V – V – F
- e) V – F – F – V – V

**Questão 30**

Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, julgue os itens abaixo, marcando V (verdadeiro) ou F (falso).

- ( ) Os cargos de provimento em comissão são privativos dos servidores de carreira.
- ( ) É vedado aos servidores públicos o direito de greve.
- ( ) A aposentadoria compulsória, por implemento de idade, ocorre aos 70 anos para o homem e aos 65 anos para a mulher.
- ( ) Os casos de contratação por tempo determinado são destinados ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.
- ( ) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.

Marque a alternativa com a sequência CORRETA:

- a) F – F – V – V – F
- b) F – F – F – V – V
- c) V – F – V – F – V
- d) F – V – F – F – F
- e) V – V – F – V – V

**Questão 31**

São características dos bens públicos, EXCETO:

- a) A inalienabilidade.
- b) A impenhorabilidade.
- c) A não-onerabilidade.
- d) A indivisibilidade.
- e) A imprescritibilidade.

**Questão 32**

Nos termos do estatuto dos servidores públicos do estado de Goiás, a prescrição da ação disciplinar quanto às infrações puníveis com demissão e suspensão ocorre, respectivamente, em

- a) 5 anos e em 3 anos.
- b) 4 anos e em 1 ano.
- c) 6 anos e em 2 anos.
- d) 6 anos e em 3 anos.
- e) 5 anos e em 1 ano.

**Questão 33**

Sobre o regime disciplinar dos servidores públicos do estado de Goiás, é INCORRETO afirmar:

- a) A aplicação de penalidade pelas transgressões disciplinares constantes do estatuto não exime o servidor da obrigação de indenizar o estado pelos prejuízos causados.
- b) Os prazos de prescrição fixados na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares previstas como crime.
- c) É vedada a exoneração a pedido, bem como a concessão de aposentadoria voluntária a servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.
- d) A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil ou administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.
- e) A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar não acarreta a inabilitação do servidor apenado para a sua promoção ou nova investidura em cargo, função, mandato ou emprego público estadual.

**Questão 34**

A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos consiste na exteriorização do poder

- a) de polícia.
- b) regulamentar.
- c) disciplinar.
- d) hierárquico.
- e) discricionário.



**Questão 35**

A respeito do processo administrativo no âmbito da administração pública do estado de Goiás, julgue os itens abaixo, marcando V (verdadeiro) ou F (falso).

- ( ) O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão tornar-se impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- ( ) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria administração, ainda que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros.
- ( ) A administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- ( ) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em seis anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- ( ) Nos processos administrativos será observado o critério de interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento de sua finalidade pública, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

Marque a alternativa com a sequência CORRETA:

- a) V – V – F – F – V
- b) F – F – V – V – F
- c) V – F – V – F – V
- d) V – F – V – F – F
- e) F – V – F – V – F

*Espaço para rascunho*

---

**Questão 36**

A respeito das fontes do Direito Tributário, marque a alternativa CORRETA:

- a) Emenda Constitucional é fonte formal derivada e por isso não derroga lei ordinária que lhe seja contrária.
- b) Medida Provisória não pode ser utilizada para a majoração de imposto, ainda que este tenha sua instituição prevista na Constituição Federal.
- c) Decretos e regulamentos podem ser considerados fontes formais imediatas, pois isso jamais representaria contrariedade ao princípio da reserva legal tributária.
- d) Lei complementar, que exige o quórum da maioria absoluta para sua aprovação, é fonte formal imediata.
- e) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribui eficácia normativa, não são fontes formais secundárias.

**Questão 37**

Em relação aos princípios constitucionais específicos do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS), marque a alternativa CORRETA:

- a) Não poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, exceto quando o mesmo fato também for gerador do IPI, caso em que seguirá o mesmo critério de seletividade adotado por este.
- b) Poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis, caso em que suas alíquotas poderão ser não uniformes em todo o território nacional, podendo, entretanto, ser diferenciadas por produto.
- c) Será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- d) A fixação de sua base de cálculo será feita de modo que o montante do imposto não a integre, o que também ocorrerá na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.
- e) Compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

**Questão 38**

Assinale a alternativa que descreve hipótese de competência tributária constitucionalmente atribuída aos Estados e ao Distrito Federal:

- a) Propriedade territorial rural.
- b) Propriedade territorial urbana.
- c) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.
- d) Prestações de serviços de transporte intermunicipal.
- e) Prestações de serviços de transporte intramunicipal.

*Espaço para rascunho*

**Questão 39**

Pertencem aos Municípios

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS).
- b) 25% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), relativamente aos imóveis neles situados.
- c) 25% do produto da arrecadação da contribuição da União de intervenção no domínio econômico (CIDE).
- d) 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- e) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

**Questão 40**

Sabidamente, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) é a principal fonte de arrecadação tributária dos Estados, sendo que esse imposto NÃO incide sobre

- a) as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- b) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- c) o fornecimento de peças e partes nos serviços de conserto, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto.
- d) as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- e) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente sujeitá-lo à incidência do imposto estadual.

**Questão 41**

Assinale a alternativa que, à luz da Constituição Federal vigente, NÃO corresponde a uma espécie de tributo:

- a) Contribuição de melhoria.
- b) Taxa.
- c) Tarifa cobrada pelo fornecimento de energia elétrica.
- d) Contribuição de intervenção no domínio econômico.
- e) Contribuição para seguridade social.

**Questão 42**

Segundo a Constituição Federal vigente, NÃO se incluem entre as matérias reservadas à lei complementar:

- a) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) Estabelecer normas gerais sobre os fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas dos impostos discriminados na Constituição Federal de 1988.
- c) Estabelecer normas gerais sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- d) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- e) Estabelecer normas gerais sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

**Questão 43**

A propósito dos princípios tributários da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade, é CORRETA a seguinte afirmação:

- a) O princípio da anterioridade, que não comporta exceção, estabelece que não se pode exigir ou aumentar tributo sem a prévia publicação de lei que o estabeleça.
- b) Segundo o princípio da legalidade, que não comporta exceção, é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c) O princípio da anterioridade não comporta qualquer exceção, ou seja, todo e qualquer tributo não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- d) O princípio da irretroatividade não comporta qualquer exceção, pois não se podem cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- e) Considera-se atendido o princípio da anterioridade desde que a cobrança não ocorra antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que instituiu ou aumentou os tributos.

**Questão 44**

Em relação à legislação tributária, considere as proposições abaixo:

- I. O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com a observância das regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional.
- II. Somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos ou a sua extinção.
- III. Somente a legislação tributária pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos.
- IV. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**Questão 45**

Sabendo que a obrigação tributária é principal ou acessória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto exclusivamente o pagamento de tributo.
- b) A obrigação acessória não pode converter-se em obrigação principal, haja vista a penalidade pecuniária cominada ao seu descumprimento.
- c) A obrigação principal pode converter-se em obrigação acessória, haja vista não cominar penalidade pecuniária ao seu descumprimento.
- d) A obrigação acessória extingue-se com o cumprimento da obrigação principal a ela associada.
- e) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas.

**Questão 46**

Em relação à obrigação tributária, considere as proposições abaixo:

- I. São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- II. Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo mas não ao de eventual penalidade pecuniária pelo seu descumprimento, pois o conceito legal de tributo não permite que este se constitua em sanção de ato ilícito.
- III. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- IV. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 47**

Sobre o crédito tributário, o lançamento tributário e suas diversas modalidades, é INCORRETO afirmar:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado em virtude de recurso de ofício.
- b) A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- c) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a lei assim o determine.
- d) Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir sua revisão.
- e) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada.

**Questão 48**

Em relação às garantias e aos privilégios do crédito tributário e à administração tributária, considere as proposições a seguir:

- I. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- II. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- III. É vedada a divulgação de informação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, relativa a inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública e a representações fiscais para fins penais.
- IV. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa de tributos a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.



**Questão 49**

Com relação aos crimes contra a ordem tributária, considere as proposições abaixo:

- I. Constitui crime funcional contra a ordem tributária extraviar processo fiscal de que tenha a guarda em razão da função.
- II. Constitui crime funcional contra a ordem tributária patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- III. Constitui crime contra a ordem tributária, praticado por particular, suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de negar ou deixar de fornecer, quando for obrigatório, a nota fiscal relativa à venda de mercadoria efetivamente realizada.
- IV. Constitui crime contra a ordem tributária, praticado por particular, utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 50**

Sobre a extinção, suspensão e exclusão do crédito tributário, à luz do Código Tributário Nacional é CORRETO afirmar:

- a) A anistia, que abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, é modalidade legal de extinção do crédito tributário consistente na penalidade pecuniária.
- b) A prescrição é modalidade de exclusão do crédito tributário que encobre a eficácia da pretensão atribuída à Fazenda Pública de exigir do sujeito passivo o pagamento do tributo devido.
- c) A moratória, salvo disposição de lei em contrário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, constituindo modalidade de extinção do crédito tributário.
- d) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação que não seja o mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- e) O parcelamento, salvo disposição de lei em contrário, não exclui a incidência de multas e juros, sendo legalmente considerado modalidade de extinção do crédito tributário.

*Espaço para rascunho*

**Questão 51**

Em relação à lei estadual que institui o regime tributário diferenciado aplicável à microempresa e à empresa de pequeno porte, considere as proposições a seguir:

- I. Não se inclui no mencionado regime a empresa constituída sob a forma de sociedade por ações.
- II. Não se inclui no mesmo regime o imposto devido por substituição tributária, quando a microempresa ou a empresa de pequeno porte for o substituto tributário.
- III. A omissão do pagamento do imposto devido, no prazo fixado na legislação tributária, implica a perda definitiva do direito do contribuinte de permanecer no referido regime.
- IV. Não se considera fato ocasionador do desenquadramento, sendo assegurada a permanência da empresa até o fim do período de seu enquadramento, a ultrapassagem do limite de receita bruta anual fixado para enquadramento.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 52**

Sobre o conceito de mercadoria, bem destinado à mercancia, para fins de incidência do ICMS e à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Energia elétrica é considerada mercadoria.
- b) Bem imóvel é considerado mercadoria.
- c) Bem móvel usado não pode ser considerado mercadoria.
- d) Bem semovente não pode ser considerado mercadoria.
- e) Produto natural extraído não pode ser considerado mercadoria.

**Questão 53**

Sobre o momento da ocorrência do fato gerador do ICMS, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. Ocorre o fato gerador do ICMS no momento da saída de mercadoria, a qualquer título, de estabelecimento de contribuinte, exceto quando destinada a outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
- II. Ocorre o fato gerador do ICMS no momento da entrada, no território goiano, de mercadoria ou bem oriundos de outro Estado, adquiridos por contribuinte, destinados a uso, consumo final ou integração ao ativo imobilizado do estabelecimento, ainda que o imposto não tenha sido cobrado na origem.
- III. Ocorre o fato gerador do ICMS no momento da transferência de mercadoria ou da transmissão de propriedade, ou de título que a represente, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.
- IV. Ocorre o fato gerador do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 54**

Sobre a base de cálculo do ICMS, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, é INCORRETO afirmar:

- a) A base de cálculo do imposto na operação relativa à circulação de mercadoria é o valor da operação.
- b) A base de cálculo do imposto na prestação de serviço de transporte ou de comunicação é o valor da prestação.
- c) Na importação do exterior, a base de cálculo do imposto é o valor da mercadoria ou do bem constante do documento de importação.
- d) No fornecimento de alimentação, bebida ou outra mercadoria em bar, restaurante e estabelecimento similar, o valor da operação compreende mercadoria e serviço.
- e) Integra a base de cálculo do imposto o valor do correspondente ao montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

**Questão 55**

Em relação ao conceito de estabelecimento e ao lugar da ocorrência do fato gerador do ICMS, conforme regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. Local da operação é o do estabelecimento em que se encontrar a mercadoria ou o bem no momento da ocorrência do fato gerador do imposto.
- II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local onde tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou verificada a prestação.
- III. Considera-se, também, local da operação onde se encontre a mercadoria, quando em situação fiscal irregular.
- IV. O local da prestação é aquele onde se encerra a prestação de serviço de transporte.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**Questão 56**

Incluem-se entre os benefícios fiscais, EXCETO

- a) a isenção.
- b) a redução da base de cálculo.
- c) a decadência do crédito.
- d) o crédito outorgado.
- e) a manutenção de crédito.

**Questão 57**

É inidôneo, para todo efeito fiscal, o documento fiscal que

- a) não tenha surtido o respectivo efeito fiscal.
- b) apresente falta do destaque do imposto.
- c) apresente ausência da data de saída da mercadoria.
- d) contenha indicação necessária à perfeita identificação da operação ou prestação.
- e) não seja o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação.



**Questão 58**

Com relação ao ICMS, há casos em que o sujeito passivo deve efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado quanto ao serviço tomado, à mercadoria ou ao bem que entraram no estabelecimento. Isso se dá quando, sendo imprevisível a ocorrência de algumas circunstâncias previstas no regulamento, na data da entrada da mercadoria ou do bem, ou da utilização do serviço, enquadrarem-se em certas previsões legais.

Assinale a opção em que o contribuinte NÃO precisará efetuar estorno de crédito:

- a) Quando forem objeto de saída ou prestação de serviço correspondente isenta ou não tributada.
- b) Quando for integrada ou consumida em processo de industrialização, desde que a saída da mercadoria resultante seja isenta ou não tributada
- c) Quando forem utilizados em fim alheio à atividade operacional do estabelecimento.
- d) Quando forem objeto de saída ou prestação de serviço correspondente não contemplada com redução de base de cálculo.
- e) Quando inexistir operação ou prestação posterior em razão de sinistro, desde que devidamente comprovado.

**Questão 59**

Em relação à fiscalização exercida pela administração tributária, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. O fisco estadual pode fazer parar veículo em trânsito pelo território do Estado, inclusive apor lacre na carga que este transportar.
- II. O fisco estadual pode exigir a apresentação de mercadoria, livro, documento, programa, arquivo magnético e outros objetos de interesse da fiscalização, independentemente de notificação.
- III. O fisco estadual pode lacrar móvel, gaveta ou compartimento em que, presumivelmente, esteja guardado livro, documento, programa, arquivo e outros objetos de interesse da fiscalização.
- IV. A apreensão de mercadoria, livro, documento, programa, arquivo e outros objetos deve ser feita mediante lavratura de termo próprio.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 60**

Com relação ao ICMS, é prevista a aplicação de várias multas decorrentes da prática de infrações tributárias.

Tendo em vista essa informação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aplica-se multa de 60% do valor do imposto, pela omissão do seu pagamento, quando decorrente de valores fixados pela administração tributária, para efeito de pagamento por estimativa.
- b) Aplica-se multa de 100% do valor da operação pela utilização de documentos fiscais adulterados ou falsificados.
- c) Aplica-se multa de 140% do valor do imposto, pela omissão de seu pagamento, em razão do não estorno de crédito, quando exigido.
- d) Aplica-se multa de 80% do valor do imposto regularmente registrado e apurado em livro próprio, em se tratando de omissão praticada por substituto tributário.
- e) Aplica-se multa de 120% do valor do imposto registrado em livro próprio, porém não apurado na forma regulamentar.

**Questão 61**

O Regulamento do ICMS prevê a entrega da declaração periódica de informação (DPI).

Com respeito a essa declaração, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A DPI é de apresentação obrigatória para todo contribuinte estabelecido no Estado de Goiás que mantenha a escrituração do livro Registro de Apuração do ICMS.
- b) Não há obrigatoriedade da entrega da DPI quando não tenha havido operação ou prestação no período.
- c) A apresentação da DPI deve ser obrigatória no caso de o contribuinte solicitar o encerramento das atividades.
- d) A apresentação da DPI deve ser obrigatória no caso de paralisação temporária das atividades do estabelecimento.
- e) A apresentação da DPI deve ser obrigatória no caso de o contribuinte efetuar a mudança de domicílio tributário para outro município.

**Questão 62**

De acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Goiás, NÃO se relaciona, entre as mercadorias sujeitas à alíquota de 25% do ICMS nas operações internas, o seguinte produto:

- a) Aguardente.
- b) Licores.
- c) Vinhos espumantes.
- d) Tabaco destalado.
- e) Iogurte.

**Questão 63**

São substitutos tributários, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do ICMS devido nas operações internas anteriores, EXCETO:

- a) Os estabelecimentos industriais na aquisição de matéria-prima diretamente do estabelecimento produtor de algodão em caroço.
- b) Os estabelecimentos comerciais na aquisição de substância mineral em estado natural diretamente do estabelecimento extrator.
- c) Os estabelecimentos industriais na aquisição de matéria-prima diretamente do estabelecimento produtor de leite cru.
- d) Os estabelecimentos industriais na aquisição de matéria-prima diretamente do estabelecimento produtor de cana-de-açúcar.
- e) Os estabelecimentos comerciais na aquisição de tecido diretamente do estabelecimento industrial.

**Questão 64**

Ocorre substituição tributária do ICMS pelas operações posteriores nos seguintes casos, EXCETO

- a) nas operações com cerveja de malte, inclusive chope.
- b) nas aquisições internas de álcool carburante da usina pela refinaria.
- c) nas operações com água mineral, natural ou artificial.
- d) nas operações com pneumático de motocicleta.
- e) nas operações com aguarrás.

**Questão 65**

Em relação ao regime de substituição tributária, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. A alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo para efeito de retenção na fonte é a vigente, no Estado de Goiás, para a operação interna com a mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária.
- II. O imposto retido, envolvendo mercadoria já alcançada pela substituição tributária, não constitui crédito no caso de sua utilização em processo de industrialização.
- III. O valor do imposto retido é o resultante da aplicação da alíquota vigente para a operação interna com a mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária sobre o valor tomado como base de cálculo para efeito de retenção, deduzido o valor do imposto normal devido e destacado no documento fiscal, relativo à operação que estiver sendo praticada pelo substituto tributário, ou à prestação de serviço de transporte a ela vinculada.
- IV. Na operação com mercadoria sujeita à retenção na fonte, o substituto tributário deve emitir nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, preenchida, além das exigências da legislação específica, com indicações contendo a base de cálculo para efeito de retenção, o valor do ICMS retido e o número da inscrição no cadastro de contribuintes do Estado de Goiás, quando se tratar de substituto tributário estabelecido em outra unidade da federação.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

**Questão 66**

O contribuinte enquadrado no regime tributário diferenciado aplicável à microempresa e à empresa de pequeno porte, que adquirir mercadoria cujo ICMS já tenha sido retido, quando da entrada de mercadoria em seu estabelecimento

- a) não pode subtrair o valor do ICMS retido do seu imposto a pagar.
- b) não pode debitar-se do valor do ICMS relativo à futura saída da mercadoria de seu estabelecimento.
- c) não pode realizar qualquer registro de crédito ou débito relativo à mercadoria sujeita à substituição tributária.
- d) não pode transferir eventual crédito no caso do ICMS retido resultar maior do que o imposto a pagar.
- e) pode creditar-se do valor do ICMS normal relativo à operação anterior.

**Questão 67**

Com relação à isenção do ICMS concedida por prazo indeterminado, é CORRETO afirmar que é isento do ICMS

- a) o fornecimento de energia elétrica para consumo residencial que não ultrapasse a 100 KWh mensais.
- b) a saída de embrião e sêmen, congelados ou resfriados, de bovino, equino, caprino, ovino ou suíno.
- c) a saída, interna ou interestadual, de produto hortifrutícula destinado à industrialização.
- d) a saída, interna ou interestadual, de gado bovino ou bufalino, realizada entre produtores agropecuários, desde que acobertada por nota fiscal.
- e) a prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiro, realizada por veículo registrado na categoria de aluguel (táxi).

**Questão 68**

Com relação à isenção do ICMS concedida por prazo determinado, é INCORRETO afirmar que se encontra temporariamente isenta do ICMS

- a) a saída de produto típico de artesanato, promovida pelo próprio artesão ou por entidade da qual faça parte, quando confeccionado na sua própria residência e sem a utilização de trabalho assalariado.
- b) a saída tanto interna quanto a interestadual, do estabelecimento industrial ou concessionário de automóvel novo com motor de até 127 HP de potência bruta, quando destinado a motorista profissional, condutor autônomo de passageiro na categoria aluguel (táxi).
- c) a saída de veículo automotor novo, com até 127 HP de potência bruta, destinado a uso exclusivo do adquirente, paraplégico ou portador de outra deficiência física, impossibilitado de utilizar o veículo comum.
- d) a saída de mercadoria doada à Secretaria de Educação, por contribuinte do ICMS, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino, ficando mantido o crédito.
- e) a saída interna de insumo agropecuário consistente em esterco animal, muda de planta ou gipsita britada destinada ao uso na agropecuária ou à fabricação de sal mineralizado.

**Questão 69**

Com relação à redução da base de cálculo do ICMS concedida por prazo determinado ou indeterminado, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. A base de cálculo do ICMS é reduzida, por prazo determinado, de tal forma que resulte a aplicação sobre o valor da operação do equivalente ao percentual de 12%, na saída tributada interna de gás liquefeito de petróleo.
- II. A base de cálculo do ICMS é reduzida, por prazo determinado, de tal forma que resulte a aplicação sobre o valor da operação do equivalente ao percentual de 12,85%, na saída interna do produto tijolo cerâmico, não esmaltado nem vitrificado.
- III. A base de cálculo do ICMS é reduzida, por prazo indeterminado, para 0%, na saída interna, decorrente de contrato de empreitada ou subempreitada, de mercadoria a ser empregada diretamente na construção de unidade habitacional vinculada ao Programa MUTIRÃO PERMANENTE DA MORADIA do governo do Estado de Goiás.
- IV. A base de cálculo do ICMS é reduzida, por prazo determinado, para 40% na saída interna de farelo gordo de arroz, destinado à alimentação animal ou ao emprego na fabricação de ração animal, ficando mantido o crédito.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

*Espaço para rascunho*

---

**Questão 70**

Com relação ao crédito outorgado de ICMS, que pode ser concedido por prazo determinado ou indeterminado, bem como de outros benefícios fiscais, à luz do regulamento do ICMS vigente no Estado de Goiás, considere as proposições abaixo:

- I. Constitue crédito outorgado para efeito de compensação com o ICMS devido, por prazo indeterminado, para o titular de projeto agroindustrial de avicultura e suinocultura, o percentual de 5,37% na operação que destine produto comestível decorrente da industrialização de ave e suíno para os Estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e para o Estado do Espírito Santo.
- II. Acarreta a denúncia do acordo de parcelamento a falta de pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 60 dias, a contar do seu vencimento.
- III. Os valores correspondentes ao “Cheque Moradia” podem ser transferidos, dentro do respectivo período de apuração, mediante nota fiscal própria que deve, entre outros requisitos da legislação, conter visto aposto pelo servidor da delegacia regional em cuja circunscrição localizar-se o emitente, à vista dos “Cheques Moradia” que deram origem ao valor da transferência.
- IV. O acordo de parcelamento denunciado, por falta de pagamento, não pode ser revigorado automaticamente, se o sujeito passivo pagar as parcelas em atraso, antes de o remanescente ser inscrito em dívida ativa ou ajuizado, conforme o caso.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

*Espaço para rascunho*

---

A tabela abaixo apresenta os saldos das contas da empresa ABC, em 31 de dezembro de 2002. As questões 71 e 72 referem-se a ela.

Contas	Valores
Financiamento (carência de 2 anos)	20.050,00
Caixa	1.000,00
Banco	3.000,00
Provisão para imposto de renda	4.500,00
Tributos a recolher	4.150,00
Duplicatas a receber	20.320,00
Ações em tesouraria	9.500,00
Veículos	28.650,00
Gastos pré-operacionais	15.500,00
Fornecedores	21.350,00
Dividendos propostos	13.800,00
Terrenos	95.965,00
Aluguel recebido antecipadamente	2.300,00
Capital social	200.000,00
Duplicatas descontadas	5.000,00
Encargos sociais a recolher	15.485,00
Móveis e utensílios	20.150,00
Estoque de materiais de expediente	2.340,00
Depreciação acumulada	15.450,00
Adiantamentos a fornecedores	14.380,00
Empréstimos a funcionários	8.600,00
Lucros acumulados	57.250,20
Amortização acumulada	3.100,00
Prêmios de seguros a apropriar	2.400,00
Empréstimos bancários	10.480,00
Reservas de lucros	13.335,00
Estoque de mercadorias	23.250,00
Aplicações financeiras a longo prazo	4.900,00
Máquinas e equipamentos	38.100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	304,80
Imóveis	68.100,00
Marcas e patentes	20.400,00
Empréstimos a sócios com prazo de 90 dias	10.000,00

### Questão 71

De acordo com os dados acima, é CORRETO afirmar que o ativo circulante e o patrimônio líquido totalizaram, respectivamente, o montante de

- a) R\$ 79.985,20 e R\$ 264.485,20.
- b) R\$ 74.985,20 e R\$ 284.385,20.
- c) R\$ 69.985,20 e R\$ 261.085,20.
- d) R\$ 75.290,20 e R\$ 274.885,20.
- e) R\$ 77.585,20 e R\$ 270.585,20.

**Questão 72**

O capital circulante líquido apresentou o seguinte resultado:

- a) R\$ 220,20
- b) R\$ 7.820,20
- c) R\$ 10.220,20
- d) (R\$ 4.779,80)
- e) (R\$ 5.084,60)

As questões 73 e 74 referem-se aos dados abaixo.

<b>Cia. Votuporanga</b>
-------------------------

Movimentação das contas de resultado em 31 de dezembro de 2001:

Receita gerada no período	R\$ 48.950,00
Receita recebida do período anterior	R\$ 13.150,00
Receita recebida no presente ano	R\$ 20.450,00
Despesa gerada no período	R\$ 23.280,00
Despesa paga do período anterior	R\$ 6.500,00
Despesa paga no presente ano	R\$ 15.980,00

No ano seguinte, essas contas de resultado apresentaram a seguinte movimentação:

Foram recebidas 90% das duplicatas a receber do período anterior.

Foram pagas 85% das duplicatas a pagar do período anterior.

A receita gerada no período totalizou R\$ 79.896,00, sendo recebido 65% do montante.

A despesa do período totalizou R\$ 46.000,00, sendo pago 68% do total.

**Questão 73**

Os valores que serão levados a lucro ou prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2002, utilizando os regimes de caixa e competência, são, respectivamente,

- a) R\$ 11.120,00 e R\$ 25.670,00.
- b) R\$ 33.600,00 e R\$ 48.950,00.
- c) R\$ 48.950,00 e R\$ 33.600,00.
- d) R\$ 40.097,40 e R\$ 33.896,00.
- e) R\$ 77.582,40 e R\$ 79.896,00.

**Questão 74**

O saldo das contas de duplicatas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2002 apresentaram, respectivamente, os seguintes saldos:

- a) R\$ 27.963,60 e R\$ 14.720,00.
- b) R\$ 28.500,00 e R\$ 7.300,00.
- c) R\$ 30.813,60 e R\$ 15.815,00.
- d) R\$ 23.630,00 e R\$ 6.205,00.
- e) R\$ 27.963,60 e R\$ 14.720,00.

**Questão 75**

A Cia. Alfenas realizou as seguintes operações com mercadorias:

- 1/12 – Compra de 1.248 unidades por R\$ 60,00 cada.
- 2/12 – Frete sobre compras do dia anterior: R\$ 998,40.
- 3/12 – Devolução de 100 unidades adquiridas em 1/12.
- 6/12 – Venda de 1.300 unidades pelo valor unitário de R\$ 85,00.
- 7/12 – Abatimento sobre vendas do dia 6/12 no valor de R\$ 600,00.

Obs.: Não considerar impostos.

Sabendo que o estoque inicial era composto de 850 unidades ao valor unitário de R\$ 55,00 e utilizando o critério PEPS, marque a alternativa CORRETA:

- a) O custo das mercadorias vendidas (CMV) foi de R\$ 74.141,50.
- b) O custo das mercadorias vendidas (CMV) foi de R\$ 73.960,00.
- c) O estoque final foi de R\$ 43.136,40.
- d) O custo das mercadorias vendidas (CMV) foi de R\$ 73.991,00.
- e) O estoque final foi de R\$ 43.736,40.

**Questão 76**

A avaliação dos procedimentos de controle deve considerar, EXCETO

- a) a elaboração, revisão e aprovação de conciliação de contas.
- b) os procedimentos de inspeções físicas periódicas em passivos da entidade.
- c) os controles adotados sobre as contas que registram as principais transações da entidade.
- d) as normas para elaboração de demonstrações contábeis e quaisquer outros informes contábeis e administrativos, para fins internos ou externos.
- e) a comparação de dados internos com fontes externas de informação.

**Questão 77**

A respeito dos papéis de trabalho, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os papéis de trabalho devem ser elaborados, organizados e arquivados de forma sintética e racional.
- b) Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do empresário, responsável por sua guarda e sigilo.
- c) O auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar a boa guarda dos papéis de trabalho, pelo prazo de cinco anos, a partir da data do início dos trabalhos.
- d) O auditor deve documentar, em papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados.
- e) A carta de responsabilidade da administração não constitui papel de trabalho do auditor, porém deve ser arquivada junto aos demais papéis do exercício como uma das evidências do trabalho realizado.

**Questão 78**

Sobre fraude e erro, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Fraude é um ato voluntário, que depende da vontade do agente.
- b) Erro é um ato não intencional, resultante de omissão ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- c) A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é da administração da entidade.
- d) O auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- e) Ao detectar quaisquer erros ou fraudes no decorrer de seu trabalho, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade.



**Questão 79**

O auditor independente deve obter a carta de responsabilidade da administração com o objetivo de

- a) dar mais confiabilidade às informações contábeis obtidas durante a auditoria.
- b) esclarecer por completo os pontos não constantes das demonstrações contábeis, tais como contingências ou responsabilidades não divulgadas.
- c) dar-lhe garantias quanto às responsabilidades anteriores à realização do trabalho.
- d) eliminar a necessidade de se obter evidências sobre as transações realizadas pela entidade.
- e) delimitar as responsabilidades do auditor e da administração.

**Questão 80**

O planejamento de auditoria deve considerar relevantes na execução dos trabalhos todos os fatores relacionados abaixo, EXCETO

- a) o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.
- b) o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício posterior.
- c) a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- e) o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.

---

*Espaço para rascunho*

---

## FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas				
1	a	b	c	d	e
2	a	b	c	d	e
3	a	b	c	d	e
4	a	b	c	d	e
5	a	b	c	d	e
6	a	b	c	d	e
7	a	b	c	d	e
8	a	b	c	d	e
9	a	b	c	d	e
10	a	b	c	d	e
11	a	b	c	d	e
12	a	b	c	d	e
13	a	b	c	d	e
14	a	b	c	d	e
15	a	b	c	d	e
16	a	b	c	d	e
17	a	b	c	d	e
18	a	b	c	d	e
19	a	b	c	d	e
20	a	b	c	d	e
21	a	b	c	d	e
22	a	b	c	d	e
23	a	b	c	d	e
24	a	b	c	d	e
25	a	b	c	d	e
26	a	b	c	d	e
27	a	b	c	d	e
28	a	b	c	d	e
29	a	b	c	d	e
30	a	b	c	d	e
31	a	b	c	d	e
32	a	b	c	d	e
33	a	b	c	d	e
34	a	b	c	d	e
35	a	b	c	d	e
36	a	b	c	d	e
37	a	b	c	d	e
38	a	b	c	d	e
39	a	b	c	d	e
40	a	b	c	d	e

Questão	Alternativas				
41	a	b	c	d	e
42	a	b	c	d	e
43	a	b	c	d	e
44	a	b	c	d	e
45	a	b	c	d	e
46	a	b	c	d	e
47	a	b	c	d	e
48	a	b	c	d	e
49	a	b	c	d	e
50	a	b	c	d	e
51	a	b	c	d	e
52	a	b	c	d	e
53	a	b	c	d	e
54	a	b	c	d	e
55	a	b	c	d	e
56	a	b	c	d	e
57	a	b	c	d	e
58	a	b	c	d	e
59	a	b	c	d	e
60	a	b	c	d	e
61	a	b	c	d	e
62	a	b	c	d	e
63	a	b	c	d	e
64	a	b	c	d	e
65	a	b	c	d	e
66	a	b	c	d	e
67	a	b	c	d	e
68	a	b	c	d	e
69	a	b	c	d	e
70	a	b	c	d	e
71	a	b	c	d	e
72	a	b	c	d	e
73	a	b	c	d	e
74	a	b	c	d	e
75	a	b	c	d	e
76	a	b	c	d	e
77	a	b	c	d	e
78	a	b	c	d	e
79	a	b	c	d	e
80	a	b	c	d	e